



## MAPFRE Brasil Participações S.A.

CNPJ 09.007.935/0001-74

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

**A MAPFRE Brasil Participações S.A. é uma empresa de participações ("holding") que atua nos segmentos de seguros, previdência aberta e capitalização.**

**MAPFRE no Exterior:**  
O lucro líquido da MAPFRE durante o exercício de 2016 aumentou 9,4%, registrando 775 milhões de euros em um ano que ficou marcado pelo bom comportamento de seus três mercados principais (Espanha, Brasil e Estados Unidos) e pelos excelentes resultados da MAPFRE RE. É importante destacar que o lucro líquido, descontados os eventos extraordinários e não recorrentes em ambos os exercícios, cresceu 41%. A receita do Grupo foi de 27,9 bilhões de euros, cifra que representa um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior. Os prêmios registraram um aumento de 2,2%, chegando a um total de 22,8 bilhões de euros. O patrimônio líquido, no fechamento de 2016, superou a marca de 11,4 bilhões de euros, aumentando em 10% em relação ao ano anterior graças ao comportamento dos mercados e à evolução positiva das principais divisões (dólar e real). Por outro lado, os ativos totais subiram 7%, situando-se no fechamento do ano em 67,9 bilhões de euros.

O índice combinado, um dos principais indicadores do setor de seguros, proveniente da soma dos índices de sinistralidade e de despesas, melhorou 1,2 ponto no último exercício, alcançando 97,4%.  
**MAPFRE no Brasil**  
As receitas da MAPFRE Brasil somaram R\$ 17,9 bilhões, um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Os negócios de Global Risks, Rural e Previdência registraram crescimento de 29%, 13% e 12%, respectivamente, e foram os destaques do Grupo. Por outro lado, seguindo os respectivos mercados, os ramos de Vida e Automóvel apresentaram reduções nos volumes de vendas, quando comparados com 2015. O resultado antes de impostos de todas as atividades no Brasil somou R\$ 3,0 bilhões, var. 3,5% inferior a 2015.

Adicionalmente, nos últimos meses centramos esforços na melhoria dos processos de subscrição, em especial, no aprimoramento dos serviços a clientes e distribuidores.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		
		2016	2015	2014 (*)	2016	2015
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>		<b>638.960</b>	<b>574.869</b>	<b>464.013</b>	<b>20.567.996</b>	<b>18.320.987</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	1	185.558	292.809	413.473
Ativos financeiros	6	575.312	523.326	424.590	16.145.015	13.358.872
Aplicações financeiras	6	538.671	467.241	423.830	10.869.722	8.300.143
Empréstimos e recebíveis	7	36.641	56.085	760	5.275.293	6.726.136
Creditos das operações com seguros e resseguros	7A	-	-	-	5.131.150	6.365.785
Creditos das operações com previdência complementar	7B	-	-	-	1.067.141	5.448.340
Creditos das operações de capitalização	7B	-	-	-	5.663	9.673
Títulos e créditos a receber	7A	36.641	56.085	760	137.595	353.840
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14	-	-	-	2.068.327	2.863.666
Creditos tributários e previdenciários	8	63.265	51.353	39.343	306.786	97.678
Outros ativos	9	377	189	80	125.645	99.664
Salvados (bens) à venda	10	-	-	-	328.910	354.340
Ativos de aquisição de diferidos	14	-	-	-	1.661.146	1.568.608
<b>Ativo não circulante</b>		<b>3.884.213</b>	<b>3.691.031</b>	<b>3.431.879</b>	<b>14.132.360</b>	<b>15.755.545</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>55.780</b>	<b>46.486</b>	<b>2.943</b>	<b>10.156.381</b>	<b>11.710.204</b>
Ativos financeiros	5	52.837	43.543	-	7.627.682	9.117.162
Aplicações financeiras	6	52.837	-	-	3.293.312	3.018.408
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	2.805.370	2.983.659
Creditos das operações com seguros e resseguros	7A	-	-	-	1.144.224	1.415.051
Títulos e créditos a receber	7B	-	-	-	1.461.146	1.568.608
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14	-	-	-	232.613	230.182
Creditos tributários e previdenciários	8	2.943	2.943	2.943	1.331.132	1.324.033
Custos de aquisição diferidos	14	-	-	-	964.954	1.038.827
Propriedade para investimento	11	3.826.715	3.642.827	3.427.190	9.126	9.115
Investimentos (Participações societárias)	11	1.718	1.718	1.746	162.257	171.836
Imobilizado	13	-	-	-	3.693	3.765
Intangível	13	-	-	-	2.900	2.900
<b>Total do ativo</b>		<b>4.523.173</b>	<b>4.265.900</b>	<b>3.895.892</b>	<b>34.700.356</b>	<b>35.938.968</b>
(*) Os valores de 2014 foram reapresentados em atendimento ao IFRS 10 cujo detalhamento está contido na, conforme Nota Explicativa nº 2.						

	Notas	Controladora		Consolidado		
		2016	2015	2014 (*)	2016	2015
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>		<b>5.658</b>	<b>3.420</b>	<b>23.281</b>	<b>15.637.242</b>	<b>17.869.386</b>
Passivos de contrato de seguros	14	-	-	-	11.847.494	12.604.852
Debito das operações com seguros e resseguros	15	-	-	-	2.207.713	3.377.378
Debitos de operações com previdência complementar	16	-	-	-	13.878	390
Passivos financeiros - capitalização	17	-	-	-	77.942	65.255
Depósito de terceiros	18	-	-	-	152.452	358.113
Outros passivos	19A e C	5.658	3.420	23.281	1.337.663	1.463.398
<b>Passivo não circulante</b>		<b>619.366</b>	<b>608.471</b>	<b>590.235</b>	<b>10.056.300</b>	<b>9.566.365</b>
Passivos de contrato de seguros	14	-	-	-	7.223.862	6.765.452
Passivos diferidos	15	258.835	283.296	293.193	1.168.282	1.161.412
Outros passivos	19A e C	360.531	325.175	297.132	1.664.156	1.639.501
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>20</b>	<b>3.898.149</b>	<b>3.654.009</b>	<b>3.282.286</b>	<b>9.006.814</b>
Aos acionistas da controladora	20	3.898.149	3.654.009	3.282.286	3.898.149	3.654.009
Capital social	20	1.773.953	1.773.953	1.773.953	1.773.953	1.773.953
Reserva de capital	20	594.843	594.843	594.843	594.843	594.843
Reservas de lucros	20	1.529.021	1.302.065	919.048	1.529.021	1.302.065
Ajuste com títulos e valores mobiliários	332	-	-	-	332	(16.852)
Participação de não controladores	-	-	-	-	5.108.665	4.849.208
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.523.173</b>	<b>4.265.900</b>	<b>3.895.892</b>	<b>34.700.356</b>	<b>35.938.968</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Reservas de lucro		Reservas de lucros acumulados	Lucros não controladores	Total
	Estuturária	Ajuste com títulos e valores mobiliários			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.773.953</b>	<b>594.843</b>	<b>79.344</b>	<b>839.704</b>	<b>2.422.188</b>
Dividendos pagos	-	-	-	(242.178)	(242.178)
Ajuste por efeitos de TVM	-	-	-	(11.294)	(11.294)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	663.386	663.386
Destinações:	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	31.260	593.935	(625.195)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(38.191)
Participação de não controladores	-	-	-	-	228
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	(1.049.367)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.773.953</b>	<b>594.843</b>	<b>110.604</b>	<b>1.191.461</b>	<b>4.849.208</b>
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios AGE 29.04.2016	-	-	-	-	55.000
Dividendos pagos	-	-	-	(278.215)	(278.215)
Ajuste por efeitos de TVM	-	-	-	17.184	17.184
Lucro líquido do exercício	-	-	-	541.482	541.482
Destinações:	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	25.259	479.912	(505.171)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(36.311)
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	(1.172.117)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.773.953</b>	<b>594.843</b>	<b>135.863</b>	<b>1.393.158</b>	<b>332</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

#### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

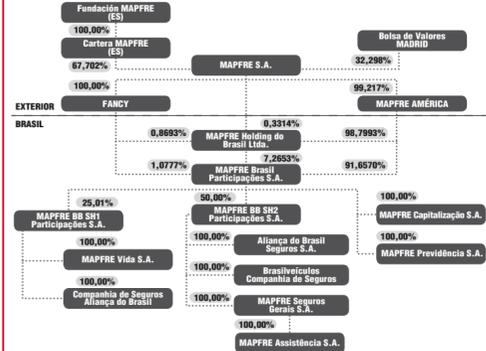
A MAPFRE Brasil Participações S.A. (doravante designada por "Grupo" ou "Companhia"), controlada da MAPFRE S.A., entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 e em 29 de setembro de 2010, iniciou suas operações. A Companhia, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras. Com sede do escritório localizado na Avenida das Nações Unidas, 12.711 - 21º andar em São Paulo, estado de São Paulo - Brasil e cadastrada sob o CNPJ nº 09.007.935/0001-74.

Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou Acordo comercial com o Banco do Brasil S.A., para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automotivo. A operacionalização desse acordo requereu a reorganização societária da área de seguros do Grupo MAPFRE. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSSEP/AGE 121 e 122 de 2010, em que as sociedades de capital fechado operacionalização da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil foram concluídas em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, SH1 e SH2. A parceria não envolveu as operações de seguros de créditos à exportação, capitalização e previdência.

As controladas diretas e indiretas da MAPFRE Brasil Participações S.A. são as seguintes:  
Controladas diretas:  
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros com atuação nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral, exceto quando comercializados por meio dos Canais Affinity;  
b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral, quando comercializados pelos Canais Affinity. Entende-se por Canais Affinity todos e quaisquer canais de distribuição destinados a vendas de seguros para clientes finais vinculados a pessoas jurídicas (clientes ou não do Banco do Brasil), incluindo, mas sem se limitar a cooperativas, instituições financeiras, redes varejistas e companhias de serviços públicos;  
c) MAPFRE Capitalização S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional;  
d) MAPFRE Previdência S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional;

e) MAPFRE seguradora de Crédito à Exportação S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em seguros e coseguros de crédito à exportação em todo o território nacional. Em 25 de novembro de 2015, por meio da Portaria nº 6.394, foi concedida aprovação pela SUSEP para incorporação do acervo líquido controlado à valor patrimonial contábil da MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A. pela MAPFRE Previdência S.A.  
Em 1º de agosto de 2015, a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio, apurado pelo valor contábil, da MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A., conforme deferimento formalizado através da ata 154/2015-SUSEP-SEGER em 22 de junho de 2015. Os acionistas aprovaram a incorporação através da assembleia geral extraordinária realizada em 29 de agosto de 2015.  
Controladas indiretas que estão dentro da estrutura das duas holdings (BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.)  
f) MAPFRE Vida S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral no território nacional;  
g) Aliança do Brasil Seguros S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em todos os ramos de seguros em todo território nacional e atua com os ramos de riscos de danos;  
h) MAPFRE Seguros Gerais S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional;  
i) BB MAPFRE Assistência S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a prestação de serviços de assistência em geral e serviços de telemarketing;  
j) Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em todos os ramos de seguros em todo território nacional e atua com os ramos de riscos de danos; e  
k) Brasilvivos Companhia de Seguros - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar com seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automotível em todo o território nacional.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era a seguinte:



O sócio não controlador (Banco do Brasil) da empresa BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. detêm 74,99% e 50,00% respectivamente das ações ordinárias.

#### NOTA 2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade  
As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

b) Critério de consolidação  
O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controle são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deusa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Em 2016, foram pagos dividendos no montante de R\$ 12.215 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TLP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 36.311, conforme AGE/AGO de 8 de dezembro de 2016 e dividendos no montante de R\$ 266.000 provenientes de reserva de investimento, conforme AGE de 1 de abril de 2016.

Conforme previsto no artigo 30º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e à distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reserva de lucros.

**Reconhecimento**  
**Guia EXAME de Sustentabilidade:** Pelo quinto ano consecutivo foi considerada uma das empresas mais sustentáveis do país pelo Guia Exame de Sustentabilidade - o maior e mais respeitado levantamento sobre desempenho sustentáveis do país. Além de ser novamente a única seguradora presente no guia, foi destaque do capítulo Instituições Financeiras, ao lado de outras duas empresas, ambas do segmento bancário.

**TOP Employers 2016:** Considerada uma empresa que oferece condições de trabalho excelentes, que promove o desenvolvimento e talento de todos os níveis, demonstrando que é líder no ambiente de gestão de pessoas e que se esforça para melhorar continuamente suas práticas de RH, segundo a pesquisa abrangente e independente do Top Employers Brasil 2016.

**Great Place to Work (GPTW) América Latina:** Pelo quinto ano consecutivo, figurou entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, conquistando a 23ª posição na categoria 25 Melhores Multinationais. **III Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência:** Figurou entre as 15 finalistas do prêmio promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPD) de São Paulo, em parceria com o Centro de Tecnologia e Inclusão (CTI).

**Valor Inovação:** De acordo com o anuário Valor Inovação Brasil 2016, divulgado pelo jornal Valor Econômico e produzido pela consultoria Strategy8, parte da network PricewaterhouseCoopers (PwC), é a empresa mais inovadora do país, conquistando a primeira colocação na categoria Seguros e Planos de Saúde.

**Valor 1000:** Conquistou a 2ª posição no ranking Valor 1000 (mantendo a classificação de 2014), organizado pelo jornal Valor Econômico, ficando entre os 20 maiores em lucro operacional e entre os 20 maiores em lucro líquido.

**Estadão Empresas Mais:** Ficou em 2º lugar no estudo Empresas Mais 2016, promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo. A Empresa fechou 2015 com Quadrante de Impacto-Estado (Q-Estado): métrica desenvolvida com exclusividade pela FIA) de 3,6, subindo 15 pontos em relação a 2014.

**3ª edição Prêmio CIC Brasil:** Participando pela primeira vez do Prêmio CIC Brasil, foi a vencedora da categoria Operações Receptivas, com a premiação Ouro, que garante sua participação no LATAM 2017 - Prêmio Latino-Americano.

**Revista Cobertura:** No XIX Prêmio Cobertura Performance 2016, venceu nas categorias Melhor Performance Econômico-Financeira em Seguro de Riscos Nomeados e Destaque na Carteira de Seguro de Riscos de Petróleo.

**Segurador Brasil:** Na 13ª edição do prêmio Segurador Brasil, foi destaque nas seguintes categorias: Melhor Desempenho Global, Melhor Desempenho Aeronáuticos, Melhor Desempenho Eventos Aléatorios, Melhor Desempenho RC&O, Melhor Desempenho RC Ambiental, Melhor Desempenho Risco de Petróleo, Líder de Mercado Aeronáuticos, Líder de Mercado Crédito Interno, Líder de Mercado Doenças Graves, Líder de Mercado Educacional, Líder de Mercado Prestamista, Líder de Mercado Riscos Diversos, Líder de Mercado Riscos Nomeados e Operacionais, Líder de Mercado Riscos Rurais, Líder de Mercado Transportes Nacionais, Líder de Mercado Vida em Grupo (Vida), Maior Crescimento em vendas - Eventos Aléatorios.

**Top Educação:** Pelo quinto ano consecutivo foi eleita a Melhor Seguradora do Prêmio Top Educação.  
**Top Gestão 2016:** Conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, Top Gestão 2016, na categoria Foco em Renda Fixa, o prêmio elaborado pelo jornal Valor Econômico - S&P Global Ratings.

**Star Ranking de Previdência:** Quatro fundos da MAPFRE Investimentos foram incluídos no Star Ranking de Previdência da S&P Global Ratings, junto com os melhores fundos em previdência do mercado. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de novembro de 2017

A Administração

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado		
		2016	2015	2016	2015	2014 (*)
<b>Receitas</b>						
Prêmios de seguros líquidos	21(a)	-	-	15.882.859	16.756.938	4.801
Contribuições para cobertura de risco	-	-	-	4.665	4.801	-
Variação das provisões técnicas	-	-	-	634.446	(1.442.893)	-
Prêmio ganho	21	-	-	16.521.990	15.318.846	-
Receita com emissão de apólice	-	-	-	33.195	34.884	-
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL e outras provisões	-	-	-	(312)	1.256	-
Receita líquida com títulos de capitalização	-	-	-	50.647	40.042	-
Receita de resseguro	21(b)	-	-	1.310.008	1.686.588	-
Equivalência patrimonial	21(c)	-	-	156	294	-
<b>Total</b>						



continuação

**MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais)

**Concentração de riscos**  
As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto de resseguro.

Região Geográfica	2016												
	Auto			Vida			Danos			Demais			Total
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Centro Oeste	450.433	2,96%	835.474	5,50%	782.317	5,15%	171.433	1,13%	2.239.657	14,74%			
Nordeste	560.623	3,69%	696.286	4,58%	316.237	2,08%	154.006	1,01%	1.727.152	11,37%			
Norte	103.141	0,68%	241.668	1,59%	145.887	0,96%	40.914	0,27%	531.610	3,50%			
Sudeste	2.089.383	13,75%	2.002.717	13,18%	1.717.369	11,30%	1.645.975	10,83%	7.455.444	49,06%			
Sul	874.635	5,76%	781.115	5,14%	1.186.000	7,80%	401.070	2,64%	3.242.838	21,34%			
<b>Total</b>	<b>4.078.233</b>	<b>26,84%</b>	<b>4.557.260</b>	<b>29,99%</b>	<b>4.147.810</b>	<b>27,29%</b>	<b>2.413.398</b>	<b>15,88%</b>	<b>15.196.701</b>	<b>100,00%</b>			

Região Geográfica	2015												
	Auto			Vida			Danos			Demais			Total
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Centro Oeste	523.228	3,23%	896.472	5,33%	683.158	4,22%	118.496	0,73%	2.221.354	13,71%			
Nordeste	940.334	5,86%	854.499	5,27%	327.490	2,02%	617.274	3,81%	2.748.957	16,96%			
Norte	146.640	0,90%	283.377	1,75%	133.997	0,83%	50.958	0,31%	614.972	3,79%			
Sudeste	2.213.971	13,66%	2.254.188	13,91%	1.186.991	7,32%	1.321.363	8,15%	6.976.513	43,05%			
Sul	1.161.699	7,17%	839.157	5,18%	1.058.063	6,53%	585.470	3,61%	3.644.389	22,49%			
<b>Total</b>	<b>4.994.872</b>	<b>30,82%</b>	<b>5.128.053</b>	<b>31,64%</b>	<b>3.389.699</b>	<b>20,92%</b>	<b>2.693.561</b>	<b>16,62%</b>	<b>16.206.185</b>	<b>100,00%</b>			

(\*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ 83.561 e R\$ 602.597 (R\$ -72.782 e R\$ 623.535 em 2015).

**Sensibilidade do risco de subscrição**  
O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros do Grupo com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

Provisão de IBNR (a.1). Simulamos com um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou o aumento nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. Sinistralidade: Simulamos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Efeito	Sensibilidade	2016 Patrimônio Líquido/Resultado	2015 Patrimônio Líquido/Resultado
IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(45.940)	(95.424)
PCC de longo prazo	(Aumento)/Redução	Suaização de 10% na tabela de mortalidade	2.905	(2.729)
PCC de longo prazo	Redução	Agravo de 5% na tabela de mortalidade	(45.518)	(36.594)
PCC de longo prazo	Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(190.267)	(54.236)
ETJ	Redução/(Aumento)	Redução de 10% a.a. na ETJ	7.134	(3.598)
Taxa de conversão e resgate	Aumento/(Redução)	Aumento de 10% na taxa de conversão em renda e resgate	(832)	2.879
<b>a. Provisões Técnicas</b>	<b>Total</b>	<b>Alteração das principais premissas das provisões técnicas</b>	<b>(372.527)</b>	<b>(189.702)</b>
<b>b. Sinistralidade</b>	<b>Aumento</b>	<b>Como uma elevação de 5% na sinistralidade afetaria o exercício</b>	<b>(23.181)</b>	<b>(305.823)</b>

**Risco de crédito**  
Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o Grupo. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

- (i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de sua parcela por parte dos segurados;
- (ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;
- (iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e
- (iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores e resseguradores.

**Exposição ao risco de crédito de seguros**  
A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura a ser dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que o Grupo opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, o Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O Grupo adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Brasil MAPFRE. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha.

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	-	8.950	5.118	-	-	5.118
AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	8.129	10,018	2.145	20.662	1.990	8.874	3.285	14.749
A+	13.630	18,078	9.392	41.100	23.338	46.656	4.739	74.723
A	9.233	255,924	9.211	274.368	-	261.185	8.950	270.135
A-	72.739	217,759	8.210	299.018	82.962	299.018	2.561	359.596
A-	1.487.232	113	4.867	1.492.312	1.269.918	2.711	9.641	1.282.270
Outros	7.416	-	-	7.416	23.097	-	654	23.751
<b>Total</b>	<b>1.607.299</b>	<b>502.052</b>	<b>35.650</b>	<b>2.145.001</b>	<b>1.406.424</b>	<b>581.023</b>	<b>45.317</b>	<b>2.032.764</b>

(\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 24.922 (R\$ 25.318 em 2015) e R\$ 29.191 referente a provisão complementar de prêmio em 2015. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com ressegurados inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. O gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro:

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	-	8.950	5.118	-	-	5.118
AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	8.129	10,018	2.145	20.662	1.990	8.874	3.285	14.749
A+	13.630	18,078	9.392	41.100	23.338	46.656	4.739	74.723
A	9.233	255,924	9.211	274.368	-	261.185	8.950	270.135
A-	72.739	217,759	8.210	299.018	82.962	299.018	2.561	359.596
A-	1.487.232	113	4.867	1.492.312	1.269.918	2.711	9.641	1.282.270
Outros	7.416	-	-	7.416	23.097	-	654	23.751
<b>Total</b>	<b>1.607.299</b>	<b>502.052</b>	<b>35.650</b>	<b>2.145.001</b>	<b>1.406.424</b>	<b>581.023</b>	<b>45.317</b>	<b>2.032.764</b>

(\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 24.922 (R\$ 25.318 em 2015) e R\$ 29.191 referente a provisão complementar de prêmio em 2015. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com ressegurados inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. O gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro:

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	-	8.950	5.118	-	-	5.118
AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	8.129	10,018	2.145	20.662	1.990	8.874	3.285	14.749
A+	13.630	18,078	9.392	41.100	23.338	46.656	4.739	74.723
A	9.233	255,924	9.211	274.368	-	261.185	8.950	270.135
A-	72.739	217,759	8.210	299.018	82.962	299.018	2.561	359.596
A-	1.487.232	113	4.867	1.492.312	1.269.918	2.711	9.641	1.282.270
Outros	7.416	-	-	7.416	23.097	-	654	23.751
<b>Total</b>	<b>1.607.299</b>	<b>502.052</b>	<b>35.650</b>	<b>2.145.001</b>	<b>1.406.424</b>	<b>581.023</b>	<b>45.317</b>	<b>2.032.764</b>

(\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 24.922 (R\$ 25.318 em 2015) e R\$ 29.191 referente a provisão complementar de prêmio em 2015. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com ressegurados inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. O gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro:

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	-	8.950	5.118	-	-	5.118
AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	8.129	10,018	2.145	20.662	1.990	8.874	3.285	14.749
A+	13.630	18,078	9.392	41.100	23.338	46.656	4.739	74.723
A	9.233	255,924	9.211	274.368	-	261.185	8.950	270.135
A-	72.739	217,759	8.210	299.018	82.962	299.018	2.561	359.596
A-	1.487.232	113	4.867	1.492.312	1.269.918	2.711	9.641	1.282.270
Outros	7.416	-	-	7.416	23.097	-	654	23.751
<b>Total</b>	<b>1.607.299</b>	<b>502.052</b>	<b>35.650</b>	<b>2.145.001</b>	<b>1.406.424</b>	<b>581.023</b>	<b>45.317</b>	<b>2.032.764</b>

(\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 24.922 (R\$ 25.318 em 2015) e R\$ 29.191 referente a provisão complementar de prêmio em 2015. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com ressegurados inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. O gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro:

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	-	8.950	5.118	-	-	5.118
AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	8.129	10,018	2.145	20.662	1.990	8.874	3.285	14.749
A+	13.630	18,078	9.392	41.100	23.338	46.656	4.739	74.723
A	9.233	255,924	9.211	274.368	-	261.185	8.950	270.135
A-	72.739	217,759	8.210	299.018	82.962	299.018	2.561	359.596
A-	1.487.232	113	4.867	1.492.312	1.269.918	2.711	9.641	1.282.270
Outros	7.416	-	-	7.416	23.097	-	654	23.751
<b>Total</b>	<b>1.607.299</b>	<b>502.052</b>	<b>35.650</b>	<b>2.145.001</b>	<b>1.406.424</b>	<b>581.023</b>	<b>45.317</b>	<b>2.032.764</b>

(\*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 24.922 (R\$ 25.318 em 2015) e R\$ 29.191 referente a provisão complementar de prêmio em 2015. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com ressegurados inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. O gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro:

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	-					

☆ continuação

**MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais)

6c) Aplicações financeiras classificadas por prazo de vencimento e por título  
Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Vencimento					Controladora				Total			
	Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Ativos		Valor justo (G)	Ganho/(Perda) não realizada (G - F)	2016		2015	
						Valor contábil (F)	Valor justo (E)			%	%	2015	%
<b>I - Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>147.011</b>	<b>320.716</b>	<b>41.886</b>	<b>41.886</b>	<b>509.613</b>	<b>509.613</b>	<b>509.613</b>	<b>509.613</b>	<b>509.613</b>	<b>86%</b>	<b>395.449</b>	<b>85%</b>	
Fundos de investimentos	147.011	320.716	41.886	41.886	509.613	509.613	509.613	509.613	509.613	100%	395.449	100%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	145	310.346	35.536	—	346.927	346.927	346.926	(1)	346.926	68%	139.306	35%	
Letras financeiras - LF	—	10.370	—	—	10.370	10.370	10.370	—	10.370	2%	—	—	
Operações compromissadas (*)	104.273	—	—	—	104.273	104.273	104.273	—	104.273	20%	218.089	55%	
Fundos de investimentos - outros	42.676	—	6.350	—	49.026	49.026	49.026	—	49.026	10%	37.489	9%	
Swap	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	565	0%	
Outros/caixas	(83)	—	—	—	(83)	(83)	(83)	1	(83)	0%	—	—	
<b>II - Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>29.058</b>	<b>921</b>	<b>51.916</b>	<b>—</b>	<b>81.895</b>	<b>(1)</b>	<b>81.706</b>	<b>81.707</b>	<b>81.895</b>	<b>14%</b>	<b>71.792</b>	<b>15%</b>	
Fundo de investimento	29.058	921	51.916	—	81.895	(1)	81.706	81.707	81.895	100%	71.792	100%	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	—	34.585	—	34.585	—	34.585	—	34.585	42%	30.219	42%	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	—	—	23.284	—	23.284	(1)	23.015	—	23.284	28%	21.473	30%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	24.026	—	24.026	—	24.026	—	24.038	—	24.026	29%	20.100	28%	
<b>Total</b>	<b>176.069</b>	<b>321.637</b>	<b>93.802</b>	<b>—</b>	<b>591.508</b>	<b>509.612</b>	<b>591.319</b>	<b>81.707</b>	<b>591.508</b>	<b>100%</b>	<b>467.241</b>	<b>100%</b>	

Títulos	Vencimento					Controladora				Total			
	Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Ativos		Valor justo (G)	Ganho/(Perda) não realizada (G - F)	2016		2015	
						Valor contábil (F)	Valor justo (E)			%	%	2015	%
<b>I - Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.284.119</b>	<b>3.432.127</b>	<b>1.172.231</b>	<b>1.069.799</b>	<b>9.958.876</b>	<b>9.958.876</b>	<b>9.958.876</b>	<b>9.958.876</b>	<b>9.958.876</b>	<b>63%</b>	<b>7.143.888</b>	<b>62%</b>	
Fundos de investimentos	4.089.128	3.142.979	344.049	982.092	6.758.248	6.757.071	6.758.248	1.177	6.758.248	68%	4.423.354	49%	
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	69.378	—	—	982.756	1.052.134	1.052.134	1.052.134	—	1.052.134	16%	765.514	17%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	8.587	1.125.549	336.567	—	1.470.703	1.470.764	1.470.702	(62)	1.470.703	22%	563.439	13%	
Letras financeiras - LF	—	10.370	—	—	10.370	10.370	10.370	—	10.370	0%	—	—	
Letras do tesouro nacional (LNT)	99.949	147.882	—	—	247.831	246.593	247.831	1.238	247.831	4%	609.052	14%	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	8.078	—	—	8.078	8.078	8.078	—	8.078	0%	1.893	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	2.227	—	—	—	2.227	2.227	2.227	—	2.227	0%	2.086	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	20.966	—	—	—	20.966	20.966	20.966	—	20.966	0%	17.003	0%	
Operações compromissadas(*)	3.835.119	36.396	—	—	3.871.515	3.871.515	3.871.515	—	3.871.515	57%	2.181.084	49%	
Títulos da dívida agrária (TDA)	10.720	14.695	1.132	—	26.547	26.547	26.547	—	26.547	0%	31.920	1%	
Fundos de investimentos - outros	42.676	—	6.350	38	49.064	49.064	49.064	—	49.064	1%	63.299	1%	
Swap	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	181.580	4%	
Outros/caixas	(494)	9	—	(702)	(1.187)	(1.187)	(1.186)	1	(1.187)	0%	965	0%	
Carteira administrada	25.849	67.779	—	—	93.628	93.628	93.628	—	93.628	1%	93.663	1%	
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	69.949	87.779	—	—	93.628	93.628	93.628	—	93.628	100%	93.663	100%	
<b>Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL</b>	<b>169.142</b>	<b>2.021.969</b>	<b>828.182</b>	<b>87.707</b>	<b>3.107.000</b>	<b>3.094.700</b>	<b>3.094.970</b>	<b>3.082</b>	<b>3.107.000</b>	<b>31%</b>	<b>2.628.871</b>	<b>69%</b>	
Certificados de depósitos bancários	1.356	—	—	—	1.356	1,356	1,356	—	1,356	0%	2,317	0%	
Recibo de depósitos bancários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(428)	0%	
Debêntures	9.057	9.075	52.274	3	70.409	70.409	70,409	—	70,409	1%	25,293	1%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	2.533	1.188.136	150.603	—	1.341.272	1.341.272	1.341,272	—	1,341,272	43%	293,471	23%	
Letras financeiras - LF	—	80.279	—	—	80,279	80,279	80,279	—	80,279	3%	23,095	1%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	—	115,272	139,664	—	254,936	254,936	254,936	—	254,936	8%	582	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	—	40,075	—	—	40,075	40,075	40,075	—	40,075	1%	1,343	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	—	40,075	—	—	40,075	40,075	40,075	—	40,075	1%	1,343	0%	
Letras do tesouro nacional - LTN	—	437,065	—	—	437,065	437,065	437,065	—	437,065	14%	130,332	5%	
Operações compromissadas (*)	15,685	125,491	—	—	141,176	141,176	141,176	—	141,176	5%	86,824	3%	
Opções de futuros	481	—	—	—	481	481	481	—	481	0%	—	—	
Títulos da dívida agrária (TDA)	5,328	4,008	—	—	9,336	9,336	9,336	—	9,336	0%	2,138	0%	
Depósitos a prazo com garantia especial	51,256	22,568	—	—	73,824	73,824	73,824	—	73,824	2%	—	—	
Termo tesouro	75,326	—	—	—	75,326	75,326	75,326	—	75,326	2%	—	—	
Fundos de investimentos - abertos/outros	—	—	—	62,950	62,950	62,950	62,950	—	62,950	2%	1,774,513	68%	
Letras de câmbio	3,930	—	—	—	3,930	3,930	3,930	—	3,930	0%	1,919	0%	
Outros/caixas/valores a pagar/valores a receber	4,190	—	—	(6,415)	(2,225)	(14,255)	(14,255)	—	(2,225)	0%	7,772	0%	
Ações	—	—	—	31,169	31,169	31,169	31,169	—	31,169	1%	—	—	
<b>II - Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>338,487</b>	<b>1,561,304</b>	<b>420,636</b>	<b>—</b>	<b>2,320,427</b>	<b>2,321,515</b>	<b>2,320,427</b>	<b>(1,088)</b>	<b>2,320,427</b>	<b>15%</b>	<b>3,649,817</b>	<b>25%</b>	
<b>Carteira administrada</b>	<b>338,487</b>	<b>1,561,304</b>	<b>420,636</b>	<b>—</b>	<b>2,320,427</b>	<b>2,321,515</b>	<b>2,320,427</b>	<b>(1,088)</b>	<b>2,320,427</b>	<b>100%</b>	<b>3,649,817</b>	<b>100%</b>	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	200,771	876,717	404,477	—	1,477,965	1,474,883	1,477,965	3,082	1,477,965	64%	2,504,677	69%	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33,089	1%	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	31,448	—	—	—	31,448	31,450	31,448	(2)	31,448	1%	101,199	3%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	—	434,512	—	—	434,512	435,606	434,512	(1,094)	434,512	19%	362,109	10%	
Letras financeiras do tesouro (LNT)	19,990	—	—	—	19,990	19,990	19,990	—	19,990	1%	17,216	1%	
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26,303	—	—	—	26,303	26,303	26,303	—	26,303	1%	79,554	2%	
Depósitos a prazo com garantia especial	38,085	26,212	—	—	64,297	64,452	64,297	(155)	64,297	3%	80,702	2%	
Títulos da dívida agrária (TDA)	19,239	209,232	20,159	—	248,630	251,549	248,630	(2,919)	248,630	11%	294,225	8%	
Debêntures	—	14,631	—	—	14,631	14,631	14,631	—	14,631	1%	75,076	2%	
Letras financeiras (LF)	—	2,651	—	—	2,651	2,651	2,651	—	2,651	0%	—	—	
Notas promissórias (NP)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
<b>III - Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>636,988</b>	<b>1,171,240</b>	<b>1,603,323</b>	<b>—</b>	<b>3,411,551</b>	<b>3,329,655</b>	<b>3,426,218</b>	<b>96,563</b>	<b>3,411,551</b>	<b>22%</b>	<b>3,638,761</b>	<b>25%</b>	
<b>Fundo de investimento</b>	<b>361,412</b>	<b>1,021,329</b>	<b>1,160,584</b>	<b>—</b>	<b>2,160,229</b>	<b>2,461,433</b>	<b>2,513,860</b>	<b>70,427</b>	<b>2,513,860</b>	<b>75%</b>	<b>2,525,336</b>	<b>68%</b>	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	—	821,064	915,933	—	1,736,997	1,702,412	1,736,997	18,794	1,736,997	68%	1,717,172	68%	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	6,727	103,064	74,444	—	184,235	184,235	193,678	9,443	184,235	7%	146,392	6%	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	114,860	87,471	170,207	—	372,538	349,253	367,646	18,393	372,538	15%	408,124	16%	
Letras do tesouro nacional (LNT)	236,328	—	—	—	236,328	212,302	236,317	23,835	236,328	9%	210,528	8%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	—	3,497	—	—	3,497	3,497	3,497	—	3,497	0%	12,268	0%	
Títulos da dívida agrária (TDA)	—	4,310	—	—	4,310	4,310	4,310	(97)	4,310	0%	34,050	1%	
Debêntures	275,576	149,907	442,739	—	868,222	868,222	894,358	26,136	868,222	25%	1,110,227	31%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	—	—	314,703	—	314,703	314,703	314,703	—	314,703	36%	345,828	31%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	265,044	145,625	128,036	—	538,705	538,705	537,972	(733)	538,705	62%	491,161	44%	
Certificados de depósitos bancários (CDB)	10,532	—	—	—	10,532	10,532	10,532	—	10,532	1%	265,525	24%	
Debêntures	—	4,282	—	—	4,282	4,282	4,185	(97)	4,282	0%	7,713	1%	
<b>IV - Outras aplicações</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1,180</b>	<b>1,180</b>	<b>1,180</b>	<b>1,180</b>	<b>—</b>	<b>1,180</b>	<b>0%</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	
<b>Total</b>	<b>5,259,594</b>	<b>6,165,271</b>	<b>3,196,190</b>	<b>1,070,979</b>	<b>15,692,034</b>	<b>15,598,019</b>	<b>15,694,67</b>						

continuação

**MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais)

**NOTA 13 - INTANGÍVEL**

As taxas de amortização utilizadas foram as seguintes:

2016	Saldo de repreciação		Adição	Baixa	Amortização	Saldo
	31/12/2015	31/12/2016				
Desenvolvimento de programas	389.338	217.149	–	(19.305)	(95.684)	491.498
Outros intangíveis (canal Affinity)	167.728	–	–	–	(11.485)	156.243
VOBA - Cartera de Clientes (ii) (*)	358.321	–	–	–	(32.378)	325.943
Canal de Distribuição (ii) (*)	2.435.311	–	–	–	(110.729)	2.324.582
Agio na aquisição de investimento (ii)	502.622	–	–	–	–	502.622
<b>Total</b>	<b>3.853.319</b>	<b>217.149</b>	<b>(19.305)</b>	<b>(250.276)</b>	<b>3.800.887</b>	<b>3.800.887</b>

2015	Saldo de repreciação		Adição	Baixa	Amortização	Saldo
	31/12/2014	31/12/2015				
Desenvolvimento de programas	327.419	197.316	–	(65.158)	(70.239)	389.338
Outros intangíveis (canal Affinity)	167.728	–	–	–	–	167.728
VOBA - Cartera de Clientes (ii) (*)	399.381	–	–	–	(41.060)	358.321
Canal de Distribuição (ii) (*)	2.536.032	–	–	–	(100.722)	2.435.311
Agio na aquisição de investimento (ii)	502.622	–	–	–	–	502.622
<b>Total</b>	<b>3.765.454</b>	<b>365.044</b>	<b>(65.158)</b>	<b>(212.021)</b>	<b>3.853.319</b>	<b>3.853.319</b>

(\*) A amortização é calculada usando método exponencial durante a vida esperada, sendo a taxa média de 20 anos de 0,42% ao mês para os Canais de Distribuição e VOBA.  
 (ii) Agio da aquisição das empresas Brasveículos Companhia de Seguros e Companhia de Seguros Aliança do Brasil.  
 O agio faz parte da troca de participação na combinação de negócios com o Banco do Brasil sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi realizada a reorganização societária com a cisão do acervo dos patrimônios líquidos das empresas BB Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., ambas controladas pela investida SHI, com versão dos patrimônios para a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e para a Vida Seguradora S.A., respectivamente. Adicionalmente, houve a reconexão dos ágios na investida SHI, originalmente registrados nas incorporadas.  
 Os referidos ágios são alocados às unidades de negócios para fins de teste anual de "impairment" (valor recuperável), as quais se beneficiam da combinação de negócios que originaram os ágios.  
 Redução ao valor recuperável do ágio  
 Anualmente o teste de valor recuperável é realizado, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras anuais.  
 Unidade geradora de caixa  
 O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio registrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa.  
 O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:  
 • Premios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas. Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa.  
 • Financeiro: Projeção da rentabilidade com base na Taxa SELIC.  
 • Taxa de desconto (nominal). O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (Capital Asset Pricing Model), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente a taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior.  
 Sensibilidade a mudanças nas premissas  
 As implicações de modificações nas principais premissas para o montante recuperável são demonstradas a seguir:  
 • Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento.  
 • Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetada, acarretaria em prejuízo para aquela operação.  
 • Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento.  
 Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das premissas de Crescimento, Sinistralidade e Taxa de desconto utilizadas da ordem de 5% e concluímos que o valor recuperável permaneceu superior ao valor contábil.  
 (iii) Ativos intangíveis da parceria com o Banco do Brasil  
 Os ativos intangíveis adquiridos na parceria com o Banco do Brasil demonstrados no quadro acima são: VOBA e Canal de Distribuição gerados em 30 de junho de 2011.  
 O valor atribuído ao ativo intangível Canal de Distribuição representa o resultado de diretos e obrigações de seguros que não existiam contratualmente na data da combinação de negócios e que serão originados pelo potencial de novas vendas em função da acessibilidade do Grupo à base de clientes do Banco do Brasil através do canal bancário. Este potencial de geração de vendas, em função da maior capilaridade dos canais adquiridos, contribuirá para a geração de benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. O potencial de novas vendas é representada pela estratégia de Cross-Selling utilizada pelo Grupo, já que é possível a venda de múltiplos produtos e serviços a um mesmo cliente e ainda a venda desses produtos ou serviços para clientes do Banco do Brasil que eventualmente não adquiriram esses produtos.  
 VOBA (Value of Business Acquired) é um ativo intangível identificável no contexto de um processo de aquisição de uma carteira. Representa a remuneração da companhia vendedora por ter uma carteira de negócios vigentes que trará lucros depois de pagos todos os benefícios e indenizações futuros associados às apólices em vigor na data da aquisição, despesas administrativas e custos de regulação de sinistros.  
 Os intangíveis relacionados com o canal de distribuição e VOBA adquiridos em uma combinação de negócios foram reconhecidos pelo valor justo da aquisição. Esses intangíveis têm vida útil finita e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.  
 A amortização dos canais de distribuição e VOBA foram apropriados com base no valor gerado de caixa nominal (não descontado).  
 A amortização é calculada usando método exponencial durante a vida esperada, sendo que a vida útil estimada para esses intangíveis é de 20 anos.

**NOTA 14 - DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO**

**Passivos de contratos de seguros - Consolidado**

	2016		2015	
	Contribuições	Portabilidade de resgates	Contribuições	Reversões
Provisões técnicas de vida individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	15.677.501	16.480.730	15.677.501	16.480.730
Provisões técnicas de previdência	1.435.881	1.124.366	1.435.881	1.124.366
<b>Total</b>	<b>17.113.382</b>	<b>17.605.096</b>	<b>17.113.382</b>	<b>17.605.096</b>

**NOTA 19 A - OUTROS PASSIVOS**

**A) Outros Passivos**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	515	–	274.505	295.391
Dividendos e gratificações a pagar	485	53	91.542	127.208
Impostos e encargos sociais a recolher	–	22	249.694	315.760
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.652	2.849	653.672	609.332
Outras obrigações a pagar	–	1.496	14.651	104.932
Outras contas a pagar	–	–	63.699	10.775
<b>Total Circulante</b>	<b>5.658</b>	<b>3.420</b>	<b>1.337.763</b>	<b>1.463.398</b>

**Outros Passivos**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Impostos e encargos sociais a recolher	360.531	325.175	360.531	325.175
Provisões Judiciais	–	–	–	405.445
Imposto de renda a pagar	–	–	1.303.625	908.881
<b>Total Não Circulante</b>	<b>360.531</b>	<b>325.175</b>	<b>1.664.156</b>	<b>1.639.501</b>

**NOTA 19 B - PASSIVOS DIFERIDOS**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social	258.427	282.911	260.501	284.119
Outros Tributos diferidos	408	385	2.769	769
Alocação de salários PPA (Purchase Price Allocation)	–	–	905.012	876.524
<b>Total Não Circulante</b>	<b>258.835</b>	<b>283.296</b>	<b>1.168.282</b>	<b>1.161.412</b>

**NOTA 19 C - CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES**

**a) Composição das ações judiciais de sinistros**

	2016			2015		
	Quantidade	Reclamado	Provisão	Quantidade	Reclamado	Provisão
Provável	23.611	824.365	964.686	22.007	652.254	753.682
Possível	9.712	530.227	436.046	8.585	385.749	313.009
Remota	438	129.515	1.238	1.430	10.540	18.128
<b>Total</b>	<b>34.761</b>	<b>1.414.107</b>	<b>1.402.970</b>	<b>32.022</b>	<b>1.048.543</b>	<b>1.065.819</b>

**b) Outras provisões judiciais não relacionadas a sinistros**

	2016			2015		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
I - Fiscais	46	1.921.309	1.228.392	41	1.680.967	1.151.998
Possível	38	738.899	45.982	33	574.791	45.822
Remota	8	182.410	1.182.410	8	1.106.176	52.990
<b>Total</b>	<b>14.716</b>	<b>857.157</b>	<b>40.235</b>	<b>13.086</b>	<b>691.457</b>	<b>120.915</b>

**Contingências**

	2016		2015	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Cíveis	40.236	53.905	120.915	48.450
Fiscais	1.228.391	1.389.543	1.151.998	1.290.106
COFINS	1.116.952	1.234.240	1.044.258	1.153.522
PIS/COFINS (muita de mora)	–	14.957	–	13.483
PIS	19.188	22.240	21.124	21.215
IRPJ	51.875	56.428	48.835	52.990
CSLL	40.376	50.335	37.781	46.379
INSS	–	561	–	507
Outros	–	10.782	–	2.010
<b>Total</b>	<b>18.646</b>	<b>4.831</b>	<b>25.198</b>	<b>2.829</b>

**Saldo no início do exercício**

	2016	2015
Ativo financeiro monetário	1.298.111	1.178.371
Constituições	–	–
Baixas	(38.059)	41.112
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.287.273</b>	<b>1.298.111</b>

**Saldo no final do exercício**

Composição das ações judiciais por natureza fiscal, trabalhista e cível e por probabilidade de perda:

	2016			2015		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
I - Fiscais	46	1.921.309	1.228.392	41	1.680.967	1.151.998
Possível	38	738.899	45.982	33	574.791	45.822
Remota	8	182.410	1.182.410	8	1.106.176	52.990
<b>Total</b>	<b>14.716</b>	<b>857.157</b>	<b>40.235</b>	<b>13.086</b>	<b>691.457</b>	<b>120.915</b>

**NOTA 15 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS**

Apresentamos a composição do saldo:

	2016		2015	
	Prêmios a restituir	Operações com seguradoras	Prêmios a restituir	Operações com seguradoras
Prêmios a restituir	88.656	171.259	88.656	171.259
Operações com seguradoras	800.740	1.764.718	800.740	1.764.718
Corretores de seguros e resseguros	1.007.491	1.057.004	1.007.491	1.057.004
Outros débitos operacionais	303.940	253.171	303.940	253.171
<b>Total Circulante</b>	<b>2.207.713</b>	<b>3.377.378</b>	<b>2.207.713</b>	<b>3.377.378</b>

**NOTA 16 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Contribuições a restituir

	2016		2015	
	Portabilidades recebidas (*)	Contribuições	Portabilidades recebidas (*)	Contribuições
Portabilidades recebidas (*)	13.502	66	13.502	324
Contribuições	–	13.878	–	390

**NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS - CAPITALIZAÇÃO**

Segue movimentação das provisões técnicas provenientes das operações dos planos de capitalização comercializadas pela MAPFRE Capitalização S.A.

	2016		2015	
	Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)
<b>Saldo no início do exercício - 31/12/2015</b>	<b>50.791</b>	<b>1.578</b>	<b>5</b>	<b>12.797</b>
Constituição de provisão	134.306	(33)	39.378	47
Atualização monetária e juros	–	–	–	271
Resgate solicitado - transferência de PMC para PR	(96.433)	–	–	(40.675)
Pagamento de resgates	–	(124.410)	–	(1)
Títulos cancelados	(1.220)	–	–	–
Transferência de despesas administrativas	–	–	–	199
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	(198)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	–	(39.378)
Transferência PRA	(83.520)	83.519	–	–
Transferência PRV	(41.898)	41.898	–	–
Transferência PDB	–	1	–	–
Outros ajustes	(129)	(5)	–	1.123
<b>Saldo no final do exercício - 31/12/2016</b>	<b>62.333</b>	<b>2.583</b>	<b>5</b>	<b>12.883</b>

**NOTA 18 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS**

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios das Seguradoras.

	2016		2015	
	Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)
<b>Saldo no início do exercício - 31/12/2014</b>	<b>47.332</b>	<b>2.687</b>	<b>4</b>	<b>7.636</b>
Constituição de provisão	96.728	–	23.324	–
Atualização monetária e juros	–	–	–	206
Resgate solicitado - transferência de PMC para PR	(96.433)	–	–	(32.109)
Pagamento de resgates	–	(97.634)	–	(96.433)
Transferência de PMC para PR	–	96.433	–	–
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	37.044
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	182
Baixa de sorteios decorridos	–	–	–	(162)
Outros ajustes	164	(21)	–	143
<b>Saldo no final do exercício - 31/12/2015</b>	<b>50.791</b>	<b>1.578</b>	<b>5</b>	<b>12.797</b>

**NOTA 19 A - OUTROS PASSIVOS**

Outros Passivos

	2016		2015			
	Quantidade	Reclamado	Provisão	Quantidade	Reclamado	Provisão
Provável	23.611	824.365	964.686	22.007	652.254	753.682
Possível	9.712	530.227	436.046	8.585	385.749	313.009
Remota	438	129.515	1.238	1.430	10.540	18.128
<b>Total</b>	<b>34.761</b>	<b>1.414.107</b>	<b>1.402.970</b>	<b>32.022</b>	<b>1.048.543</b>	<b>1.065.819</b>

**Contingências**

	2016		2015	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Cíveis	40.236	53.905	120.915	48.450
Fiscais	1.228.391	1.389.543	1.151.998	1.290.106
COFINS	1.116.952	1.234.240	1.044.258	1.153.522
P				

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais)

O montante de COFINS sobre receitas excedentes ao prêmio, suspenso por medida judicial, período de maio de 2009 a dezembro de 2016, atualizado pela taxa SELIC, é de R\$ 23.303 (R\$ 18.394 em 2015), não há provisão por classificar-se a probabilidade como perda possível.

Quanto ao PIS, a Seguradora recolhe o tributo, considerando como base de cálculo, até junho de 2009, a totalidade das receitas - relacionadas a prêmios de seguros e excedentes. A partir de julho/2009, com a revogação do parágrafo 1º, do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, a Seguradora começou a utilizar como base de cálculo apenas as receitas relacionadas a prêmios de seguros. O montante de PIS sobre as receitas excedentes, após junho de 2009, atualizado pela taxa SELIC até dezembro de 2016, é de R\$ 3.770 (R\$ 2.971 em 2015), não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda possível.

**CSLL** - A Seguradora discute judicialmente a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A ação aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, que se encontra sobrestado, aguardando julgamento final da ADI 4.110/DF. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

A Seguradora efetuou depósitos judiciais referentes à parcela correspondente à majoração da alíquota até a competência março de 2010, quando passou a recolher o montante integral da Contribuição. O montante depositado, e provisionado, atualizado pela taxa SELIC, até Dezembro/2016 é de R\$ 685 (R\$ 635 em 2015).

A Seguradora discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/15 - período compreendido entre Setembro/2015 e Dezembro/2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de primeira instância. A probabilidade de perda é classificada como possível.

**Trabalhista** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

**Cível** - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

**MAPPRE Seguros Gerais S.A.**

**PIS/COFINS - Lei nº 9.718/1998 e nº 12.973/2014**

Em 01 de novembro de 2014, a Seguradora incorporou a empresa MAPPRE Affinity Seguradora S.A., que discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, em ação cujo objeto, a partir da decisão de segunda instância, limitou-se à COFINS. A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância, e obteve resultado desfavorável em Apelação. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado para aguardar julgamento de recurso representativo pelo STF. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Foram depositados judicialmente pela MAPPRE Affinity S.A. os valores em discussão quanto à COFINS, de 2005 a 2013, quando o tributo passou a ser recolhido sobre as receitas relacionadas aos prêmios de seguro, até a data da incorporação. Os depósitos judiciais, são atualizados pela taxa SELIC, totalizam em dezembro de 2016, R\$ 142.378 (R\$ 130.509 em 2015), com provisão em valor equivalente.

Com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a Administração da Seguradora, amparada por seus consultores jurídicos, entende que a base de cálculo de PIS/COFINS está limitada aos prêmios de seguros.

Sob o entendimento de que as receitas financeiras não compõem a base de cálculo do PIS/COFINS, a Seguradora ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto de 2014, cuja probabilidade de perda é possível. Em fevereiro de 2016 houve julgamento em primeira instância, desfavorável a tese da Seguradora. Interposto recurso de apelação, recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, do que aguarda julgamento.

A partir de dezembro de 2013, a Seguradora passou a recolher o PIS/COFINS sobre receitas relacionadas a prêmios de seguros.

A COFINS sobre receitas excedentes aos prêmios de seguros nas operações próprias, desde dezembro de 2013, somada à incorporada MAPPRE Affinity Seguradora S.A. (períodos de maio de 1999 a novembro de 2000, e de agosto de 2005 a outubro de 2014), atualizada pela taxa SELIC, em dezembro de 2016 é de R\$ 90.845 (R\$ 85.102 em 2015). O PIS sobre a mesma base, relativo às operações próprias de abril de 2009 a outubro de 2014, e da empresa incorporada, atualizado pela taxa SELIC, em dezembro de 2016, totaliza R\$ 14.277 (R\$ 10.123 em 2015). Considera-se a probabilidade de perda da ação, segundo Parecer de seus advogados, como possível, e, consequentemente, o valor em discussão não é provisionado.

**PIS - EC nº 17/1997** - A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda constitucional nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, encontrando-se os processos aguardando julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestados em razão de reconhecimento de repercussão geral sobre a matéria - RE nº 578.846/SP. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. Há sentença concedendo a suspensão da exigibilidade. Os valores não recolhidos, nos períodos de janeiro a junho de 1996, e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, atualizados pela taxa SELIC, até dezembro de 2016, totalizam R\$ 1.181 (R\$ 10.796 em 2015).

**IRPJ e CSLL - IPC/BT/NF** - A Seguradora discute judicialmente direito à dedução imediata e integral de parcela atinente à diferença entre a variação do ITC e do BT/NF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 (exercício de 1992), sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991. O processo aguarda julgamento de recursos Especiais e Extraordinário, sobrestados para aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal em repercussão geral. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor atualizado pela taxa SELIC, dezembro de 2016, é de R\$ 18.269 (R\$ 17.756 em 2015).

**Multa de mora** - Em dezembro de 2013, a Seguradora desistiu de discussões judiciais relativas ao PIS/COFINS, nas quais detinha liminares para suspensão da exigibilidade dos tributos, efetuando recolhimento integral dos tributos devidos sobre o período entre janeiro e outubro de 2013. O recolhimento se deu mediante incidência de multa, já que alcançado pela validade das liminares que concediam a suspensão dos tributos. Face à discordância da Receita Federal com o não pagamento da multa, que passou a exigir, a Seguradora ingressou com ação judicial para discutir a cobrança. O processo aguarda julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. Para suspender a cobrança, efetuou depósito judicial dos valores em exigência. O depósito, atualizado pela taxa SELIC até dezembro de 2016, totaliza R\$ 14.957 (R\$ 13.483 em 2015).

**CSLL** - A Seguradora discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento conforme previsto na legislação vigente. Aguarda julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

**Processos administrativos**

**IRPJ/CSLL** - Em janeiro de 2016, a Seguradora foi autuada em processo de fiscalização de despesas operacionais, o que discute na esfera administrativa, aguardando julgamento de impugnação. A probabilidade de perda é possível.

**Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

**Cíveis** - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

**Brasilveículos Companhia de Seguros**

**PIS/COFINS - Lei 9.718/98 e 12.973/14** - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei 9.718/98, a qual passou a tributar as seguradoras pela COFINS, e majorou a base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, para recolher o tributo utilizando como base de cálculo o faturamento. Em segunda instância obteve decisão desfavorável, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recursos Especiais e Extraordinário.

Quanto ao PIS, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recurso Extraordinário.

Sobre as receitas excedentes aos prêmios de seguros, recolheu o tributo até maio de 2009. O montante de PIS calculado sobre as receitas excedentes, após a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, atualizado até dezembro de 2016 é de R\$ 9.014 (R\$ 6.866 em 2015), e não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda como possível.

**PIS - EC 17/97** - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional 17/97, vigente até janeiro de 1999, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

O tributo calculado sobre o período entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foi depositado judicialmente e provisionado, os quais estão sendo atualizados pela taxa SELIC totalizando, em dezembro de 2016, R\$ 6.770 (R\$ 6.849 em 2015).

Em junho/2016, em razão do julgamento pelo STF no RE 848.353/SP julgado em sede de recurso repetitivo, e com base na avaliação dos advogados que a assessoram, a Companhia reverteu a provisão que correspondia aos meses de Dezembro/97, Janeiro e Fevereiro/98 no valor total de R\$ 312.

**IRPJ** - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 a 2011. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Houve negativa de seguimento ao Recurso Especial, e julgou-se prejudicado o Recurso Extraordinário, em virtude do julgamento do RE 582.325 que declarou constitucional a inclusão da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Aguarda-se a remessa dos autos ao juízo de origem, para a conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos, para posterior baixa definitiva. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. A somatória dos depósitos judiciais atualizado pela taxa Selic, e provisionados em dezembro de 2016 é de R\$ 44.349 (R\$ 41.617 em 2015).

**IRPJ** - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face a não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor do depósito judicial, atualizado pela SELIC, até dezembro de 2016, é de R\$ 2.179 (R\$ 1.971 em 2015).

**CSLL** - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira instância, e segunda instância. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O tributo, calculado para o período de 2009 a 2011, foi depositado judicialmente e provisionado, os quais, atualizados pela taxa SELIC, totalizam em dezembro de 2016 R\$ 26.109 (R\$ 24.063 em 2015). A partir de 2012 passou a recolher integralmente o tributo.

A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei 13.169/15 - período compreendido entre Setembro/2015 e Dezembro/2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de primeira instância. A probabilidade de perda é classificada como possível.

**Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

**Cíveis** - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

**Brasilveículos Companhia de Seguros**

**PIS/COFINS - Lei 9.718/98 e 12.973/14** - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei 9.718/98, a qual passou a tributar as seguradoras pela COFINS, e majorou a base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, para recolher o tributo utilizando como base de cálculo o faturamento. Em segunda instância obteve decisão desfavorável, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recursos Especiais e Extraordinário.

Quanto ao PIS, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recurso Extraordinário.

Sobre as receitas excedentes aos prêmios de seguros, recolheu o tributo até maio de 2009. O montante de PIS calculado sobre as receitas excedentes, após a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, atualizado até dezembro de 2016 é de R\$ 9.014 (R\$ 6.866 em 2015), e não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda como possível.

**PIS - EC 17/97** - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional 17/97, vigente até janeiro de 1999, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

O tributo calculado sobre o período entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foi depositado judicialmente e provisionado, os quais estão sendo atualizados pela taxa SELIC totalizando, em dezembro de 2016, R\$ 6.770 (R\$ 6.849 em 2015).

Em junho/2016, em razão do julgamento pelo STF no RE 848.353/SP julgado em sede de recurso repetitivo, e com base na avaliação dos advogados que a assessoram, a Companhia reverteu a provisão que correspondia aos meses de Dezembro/97, Janeiro e Fevereiro/98 no valor total de R\$ 312.

**IRPJ** - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 a 2011. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Houve negativa de seguimento ao Recurso Especial, e julgou-se prejudicado o Recurso Extraordinário, em virtude do julgamento do RE 582.325 que declarou constitucional a inclusão da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Aguarda-se a remessa dos autos ao juízo de origem, para a conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos, para posterior baixa definitiva. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. A somatória dos depósitos judiciais atualizado pela taxa Selic, e provisionados em dezembro de 2016 é de R\$ 44.349 (R\$ 41.617 em 2015).

**IRPJ** - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face a não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor do depósito judicial, atualizado pela SELIC, até dezembro de 2016, é de R\$ 2.179 (R\$ 1.971 em 2015).

**CSLL** - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira instância, e segunda instância. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O tributo, calculado para o período de 2009 a 2011, foi depositado judicialmente e provisionado, os quais, atualizados pela taxa SELIC, totalizam em dezembro de 2016 R\$ 26.109 (R\$ 24.063 em 2015). A partir de 2012 passou a recolher integralmente o tributo.

A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei 13.169/15 - período compreendido entre Setembro/2015 e Dezembro/2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de primeira instância. A probabilidade de perda é classificada como possível.

**Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

**Cíveis** - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

**Outros passivos** - Controladora

Provisão de imposto de renda e contribuição social em função de acordo de parceria firmado entre a MAPPRE e o Banco do Brasil. Em maio de 2005, a MAPPRE Seguros Gerais S.A. adquireu 51% das ações ordinárias da Nossa Caixa Seguros e Previdência, obtendo exclusividade na comercialização de seguros de vida e previdência na rede de agências do banco por um período de 20 anos. Em 25 de julho de 2007, a Portaria SUSEP nº 2.714, homologou a transferência do controle acionário da MAPPRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. para MAPPRE Participações Ltda., cujo controle acionário pertencia a MAPPRE Seguros Gerais S.A. O acordo entre os sócios previa que, em caso de transferência de controle da Nossa Caixa, a MAPPRE teria a opção de vender a sua participação para a instituição que viesse a assumir o banco. Em 2009, o Banco do Brasil adquiriu o Banco Nossa Caixa, contudo a MAPPRE não tinha intenção de exercer a opção de venda. Na parceria os valores das carteiras foram mensurados a valor justo.

**2016** **2015** **2015** **2015**

Quantidade em risco	Valor da provisão	Quantidade em risco	Valor da provisão
354.604	354.604	325.175	325.175

**NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.773.953, representado por 1.721.522.904 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.721.422.904 ações ordinárias e 100.000 ações preferenciais.

b) Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido no estatuto social, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP").

Em 2016, foram pagos dividendos no montante de R\$ 12.215 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 36.311, conforme AGE/AGO de 8 de dezembro de 2016 e dividendos no montante de R\$ 266.000 provenientes de reserva de investimento, conforme AGE de 1 de abril de 2016.

**MAPPRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74**

Em 2015, foram pagos dividendos no montante de R\$ 242.178 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 38.191, conforme AGE/AGO de 1 de dezembro de 2015.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 25.363, passando para um valor total de R\$ 135.863.

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 31.260, passando para um valor total de R\$ 110.604.

d) Reservas estatutárias

Conforme previsto no artigo 30º do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 479.912 passando para um valor total de R\$ 1.393.158.

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 593.935 passando para um valor total de R\$ 1.191.461.

**NOTA 21 - DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Ramos de atuação - Consolidado				
2016		Percentual - %		
Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Despesas (receitas) comercialização	Sinistra- lidade comercialização	Comer- cialização
3.874.898	2.686.142	714.932	69,32%	18,45%
2.250.148	909.546	708.550	40,42%	31,49%
1.471.762	449.918	446.385	30,33%	30,33%
1.305.791	456.113	237.785	34,93%	18,21%
1.252.834	233.133	446.277	35,63%	35,62%
995.409	382.777	139.553	38,45%	14,02%
767.362	834.660	55.710	108,77%	7,26%
647.555	80.426	188.503	12,42%	29,11%
422.141	351.367	5.649	83,23%	1,34%
375.189	293.700	46.973	78,28%	12,52%
260.399	14.348	1.198	-5,51%	0,46%
207.611	42.643	77.896	20,54%	37,52%
207.306	86.737	17.932	41,84%	8,65%
201.536	191.822	31.923	95,18%	15,84%
192.853	136.289	6.846	70,67%	3,55%
173.072	62.323	61.787	36,01%	35,70%
169.833	67.560	56.554	39,78%	33,30%
134.956	19.353	12.497	14,34%	9,26%
1.611.337	747.756	320.470	46,41%	19,89%
<b>16.521.990</b>	<b>8.016.915</b>	<b>3.577.521</b>	<b>48,52%</b>	<b>21,65%</b>

Ramos de atuação				
2015		Percentual - %		
Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Despesas (receitas) comercialização	Sinistra- lidade comercialização	Comer- cialização
4.231.542	2.736.193	753.404	64,66%	17,80%
1.945.401	821.005	645.679	42,20%	33,19%
1.520.872	293.072	442.574	19,27%	29,10%
1.180.246	873.500	192.144	74,01%	16,28%
1.058.123	192.563	338.413	18,20%	31,98%
1.009.697	448.164	163.761	44,39%	16,22%
516.500	64.614	150.353	12,51%	29,11%
459.054	329.739	61.589	71,83%	13,42%
440.800	506.303	38.614	114,86%	8,76%
439.112	381.216	6.062	86,82%	1,38%
225.551	80.883	23.502	35,86%	10,42%
195.714	17.066	72.669	87,2%	37,13%
190.105	86.669	64.864	65,59%	34,12%
164.851	61.753	53.066	37,46%	32,19%
157.328	21.790	1.322	13,85%	0,84%
143.178	17.010	95.228	11,88%	66,51%
1.440.772	910.364	185.044	33,19%	24,92%
<b>15.318.846</b>	<b>7.841.904</b>	<b>3.289.047</b>	<b>51,19%</b>	<b>21,47%</b>

Consolidado				
2016		2015		
Prêmios diretos	Prêmios de co-seguros aceitos	Prêmios de co-seguros cedidos	Restituição de prêmios	Repasse DPVAT
15.197.247	15.831.233	171.557	300.949	585.556
1.711.527	2.711.027	(356.286)	(472)	272.998
564.267	585.556	227.444	272.998	79.028
15.882.859	16.756.938			

Consolidado				
2016		2015		
Recuperação de indenização - direito	Recuperação de indenização - consórcio aceto	Recuperação de indenização - IBNR	Recuperação de indenização - PDR IBNR	Variação provisão - IBNR
1.324.927	1.639.181	(29.888)	(1.939)	(162)
(3.642)	(1.939)	(162)	3.387	(3.789)
1.310.008	1.686.589			

Consolidado				
2016		2015		
Despesa com sinistro	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Comissão DPVAT	Despesas com benefícios	Provisão de despesas relacionadas (PDR)
(7.984.153)	(7.923.123)	(297.190)	(271.072)	(2.744)
(183.132)	(21.374)	(33.033)	(56.561)	(1.965)
(148.575)	(1.965)	(2.734)	(1.965)	(1.965)
(14.895)	(2.247)	(14.895)	(2.247)	(2.247)
467.668	433.945			
<b>(8.016.915)</b>	<b>(7.841.904)</b>			

Consolidado				
2016		2015		
Despesas com sinistro	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Comissão DPVAT	Despesas com benefícios	Provisão de despesas relacionadas (PDR)
(7.984.153)	(7.923.123)	(297.190)	(271.072)	(2.744)
(183.132)	(21.374)	(33.033)	(56.561)	(1.965)
(148.575)	(1.965)	(2.734)	(1.965)	(1.965)
(14.895)	(2.247)	(14.895)	(2.247)	(2.247)
467.668	433.945			
<b>(8.016.915)</b>	<b>(7.841.904)</b>			

Consolidado				
2016		2015		
Despesas com sinistro	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não			

→ continuação

**MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**MAPFRE Brasil Participações S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) preparado originalmente antes dos ajustes e reclassificações, descritos na Nota Explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificações, com data de 2 de junho de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2015, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da Companhia e suas controladas das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de dezembro de 2017

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

**Luciene Teixeira Magalhães**  
Contadora - CRC RJ-079849/O-3

## A EMPRESA FOI A SUA PRIORIDADE NÚMERO UM EM 2016?

**DIVULGUE SEUS RESULTADOS EM UM JORNAL DE PRESTÍGIO. DIVULGUE NO VALOR.**

### Valor Econômico

**91%** dos assinantes são investidores

**65%** dos assinantes possuem cargo de decisão



**Só o Valor disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.**

\*Fonte: Nicequest – perfil dos assinantes – 2016.

Deixe que mais de **3,4 milhões** de leitores, muito bem qualificados, vejam os números da sua empresa.

Uma oportunidade de gerar negócios, atrair investidores e fazer sua empresa crescer ainda mais.

11 3767.1323 - São Paulo  
61 3717.1331 - Brasília  
21 3521.1415 - Rio de Janeiro

[valor.com.br/](http://valor.com.br/)  
comunicacaocominvestidores

**Valor** ECONÔMICO  
Notícias que geram negócios